

A vitória de Gabriel Boric



Por JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES*

Se as diversas esquerdas latino-americanas comemoram a derrota da excrescência neo-Pinochetista encarnada por Kast, devem dar-se conta de que é delas também que a fábula fala

Com as eleições presidenciais do Chile, a América Latina fecha 2021 com um acontecimento de caráter transcendente. Gabriel Boric Font derrotou José Antonio Kast pela contundente margem de quase 12% de votos, numa eleição que bateu o recorde nacional de participação. Depois de manifestações de grande densidade na Colômbia, reviravoltas no Brasil com a anulação das condenações de Lula da Silva e a derrota do peronismo nas eleições intermediárias parlamentares argentinas, a eleição presidencial chilena coroou um processo de mobilização política de massas iniciada em 2019 que levou à convocação de uma Convenção Constitucional que enterrou de vez, pendente de aprovação em referendo em 2022 da nova Constituição, a era Pinochet. Mas a convenção constituinte e a eleição de Boric significaram também o fim de um ciclo latino-americano em que partidos vários de centro-esquerda governaram de modo bastante tradicional. Alguns querem ver na vitória de Boric simplesmente o triunfo da recusa do neoliberalismo, mas há muito mais em jogo de um ponto de vista político mais específico.

Sim, a Convenção Constitucional chilena e a eleição de Boric foram um triunfo do antineoliberalismo e de uma promessa de Estado de Bem-estar social, além de recolher as lutas dos mapuches e do movimento feminista, entre outros. Mas o questionamento às oligarquias partidárias e ao que se constitui, de uma maneira ou de outra, como seu condomínio comum do poder se destaca nessa equação. Nesse sentido, se as diversas esquerdas latino-americanas comemoram a derrota da excrescência neo-Pinochetista encarnada por Kast, devem dar-se conta de que é delas também que a fábula fala.

Boric pertence à Frente Amplia, partido oriundo do movimento estudantil que há décadas organiza a juventude chilena contra o sistema político oligárquico – oligarquizado tal qual todos aqueles que se constituem sob a democracia liberal, bem menos de resto o chileno, porém, por exemplo, que o brasileiro, ao qual a esquerda se adaptou e ao qual se incorporou. Apruebo Dignidade, coalizão no qual se somam a Frente Amplia e o Partido Comunista, excluído pela legislação daquele condomínio partidário (justiça seja feita, a mudança do sistema eleitoral começou sob a presidência de Bachelet, a presidente mais avançada da Concertación), pôs em questão exatamente esse fechamento do sistema político, democrático em certa medida, oligárquico, por outro lado. Candidatos jovens, marcadamente críticos do exclusivismo partidário e das alianças do poder, eles foram inclusive ultrapassados pelas multitudinárias manifestações que, de 2019 em diante, sacudiram o Chile e o governo de Sebastián Piñera, levando à convocação da Convenção Constituinte, com até uma lista de candidatos independentes dos partidos. O neoliberalismo e o domínio dos partidos foram ambos postos em questão. Mas, fiel a seu ideário antioligárquico e antineoliberalismo, antimachista e ambientalista, pluralista e aberto, a coalizão que se cristalizou em Apruebo Dignidade foi capaz de adaptar-se à situação, juntar os movimentos sociais (sindicais, ambientais, estudantis, dos povos originários, feministas, das diversidades de gênero, coletivos de jovens das periferias) e reafirmar os compromissos e o alcance da insurgência popular dos últimos anos. Esta em larga medida teve seu espelho antecipado no Brasil de 2013 e em vários outros momentos pela América Latina. Não há porém – ainda, esperemos! – inovação institucional que garanta uma mais profunda e permanente desoligarquização do sistema político chileno. Trata-se portanto de um enorme desafio, conjuntural e da imaginação radical, voltada para o longo prazo, de criar um novo horizonte civilizacional, com um governo efetivo e, ao mesmo tempo, comprometido com a democratização da política e a participação do cidadão comum, para além do controle vertical dos partidos, de resto tão ao gosto das organizações de

a terra é redonda

esquerda.

Enquanto isso seguimos, em muitos rincões de “*nuestra América*”, reféns dos grandes líderes infalíveis, que tanto erram, e dos aparatos político-partidários que se aferram ao poder por todos os meios. De você fala a fábula: bem que nossas esquerdas partidárias poderiam ouvir a advertência e buscar transformar-se, tomando mais a sério, como já ensaiou um dia, a democratização da democracia.

Mas é improvável que isso ocorra de cima para baixo. Como desde os antigos e sobretudo de Maquiavel se sabe, é do povo - não das oligarquias, seja do dinheiro, políticas ou supostamente do espírito - que depende a liberdade. Na democracia representativa liberal e inclusive no que a ela pode se seguir, é exatamente na alteração do peso da participação popular, dos homens e das mulheres comuns, inclusive e em boa medida caótica, em relação aos aparelhos de poder que se joga o destino da liberdade.

No início dos anos 1970, em contexto muito diferente do atual, ela se jogou com Salvador Allende e seu socialismo democrático. Perdemos. No domingo, com o Chile mais uma vez, a ganhamos. Que nos abanderemos dela, sempre buscando ampliar e aprofundar a verdadeira democracia, nos quadros da república liberal, mas pensando para além dela. Quem sabe daí saia finalmente, em algum momento futuro, um socialismo que faça justiça a seu nome.

***José Maurício Domingues** é professor no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. Autor, entre outros livros, de *Uma esquerda para o século XXI. Horizontes, estratégias e identidades (Mauad)*